

ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRAÇÃO

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – ANALISTA JUDICIÁRIO – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 60 questões objetivas e 2 questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor, o tipo e o cargo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor, tipo ou cargo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e das questões discursivas é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

1

“Justiça é consciência, não uma consciência pessoal, mas a consciência de toda a humanidade. Aqueles que reconhecem claramente a voz de suas próprias consciências normalmente reconhecem também a voz da justiça.” (Alexander Solzhenitsyn)

A afirmação que está de acordo com a estruturação e a significação desse pensamento é:

- (A) a conjunção “mas” mostra uma oposição entre “consciência” e “consciência de toda a humanidade”;
- (B) ao dizer que justiça é a consciência de toda a humanidade, o autor mostra uma marca da justiça: a imparcialidade;
- (C) o segmento “não uma consciência pessoal” corrige o erro do emprego do termo “consciência” no trecho anterior;
- (D) o segundo período amplia a informação do texto, uma espécie de consequência da afirmação anterior;
- (E) o termo “normalmente” indica que o processo de reconhecimento ocorre de forma particular em cada cidadão.

2

“Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, às vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os malfeitores.”

O raciocínio abaixo que deve ser considerado como indutivo é:

- (A) Os funcionários públicos folgam amanhã, por isso meu marido ficará em casa;
- (B) Todos os juízes procuram julgar corretamente, por isso é o que ele também procura;
- (C) Nos dias de semana os mercados abrem, por isso deixarei para comprar isso amanhã;
- (D) No inverno, chove todos os dias, por isso vou comprar um guarda-chuva;
- (E) Ontem nevou bastante, por isso as estradas devem estar intransitáveis.

3

“Todos aqueles que devem deliberar sobre quaisquer questões devem manter-se imunes ao ódio e à simpatia, à ira e ao sentimentalismo.”

Tratando-se de um pensamento dirigido àqueles que julgam, o seu autor recomenda que eles:

- (A) pratiquem a caridade em relação ao próximo;
- (B) deixem de lado, no julgamento, questões pessoais;
- (C) não abandonem o sentimento ao julgarem;
- (D) considerem sempre a realidade do próximo;
- (E) privilegiem sempre a verdade.

4

Chegaram todos atrasados; além disso, não trouxeram as encomendas.

Nessa frase, aparece o conector “além disso” com valor de adição; a frase abaixo em que NÃO há um conector do mesmo valor aditivo é:

- (A) Além de usar máscara, os passageiros dos ônibus deviam estar mais separados uns dos outros;
- (B) Ainda por cima, as pessoas parecem considerar que a pandemia já acabou;
- (C) Corria o risco de contrair a doença e mesmo assim não se importava;
- (D) Nem a máscara nem o álcool protegem integralmente contra a Covid;
- (E) Não só a pandemia não terminou, como também novas cepas são esperadas.

5

“A arte de interrogar não é tão fácil como se pensa. É mais uma arte de mestres do que discípulos; é preciso já ter aprendido muitas coisas para saber perguntar o que não se sabe.”

A frase abaixo que mostra uma interrogação, ainda que indireta, é:

- (A) Sei o porquê de ele ter chegado atrasado;
- (B) Vi quando o táxi capotou;
- (C) Desconheço onde ele mora;
- (D) Vi como ela fez isso;
- (E) Queria conhecer todas as respostas.

6

“E da minha fidelidade não se deveria duvidar; pois, tendo-a sempre observado, não devo aprender a rompê-la agora; e quem foi fiel e bom por quarenta e três anos, como eu, não deve poder mudar de natureza: da minha fidelidade e da minha bondade é testemunha a minha pobreza.”

Nesse pensamento, o autor utiliza os adjetivos “fiel e bom” e, em seguida, os substantivos correspondentes “fidelidade” e “bondade”.

A opção abaixo em que os dois adjetivos citados mostram substantivos adequados é:

- (A) sensato e esperto / sensatez e esperteza;
- (B) claro e escuro / clareza e escuridão;
- (C) alto e gordo / altura e magrura;
- (D) fundo e profundo / fundeza e profundeza;
- (E) liso e áspero / lisibilidade e asperidade.

7

“Não há nada que demonstre tão bem a grandeza e a potência da inteligência humana, nem a superioridade e a nobreza do homem, como o fato de ele poder conhecer, compreender por completo e sentir fortemente a sua pequenez.”

Os termos desse pensamento mostram paralelismo perfeito nos seguintes segmentos:

- (A) “Não há nada” / “como o fato”;
- (B) “que demonstre” / “de ele poder conhecer”;
- (C) “a grandeza e a potência da inteligência humana” / “a superioridade e a nobreza do homem”;
- (D) “poder conhecer” / “compreender por completo”;
- (E) “como o fato de ele poder conhecer” / “compreender por completo e sentir fortemente”.

8

“A liberdade, como a vida, só a merece quem deve conquistá-la a cada dia!”

Essa frase exemplifica um caso de linguagem figurada que é um(a):

- (A) pleonasma, com a repetição da palavra “liberdade” por meio do pronome pessoal em “a merece”;
- (B) hipóbole, com a expressão “deve conquistá-la a cada dia”, já que indica um exagero;
- (C) eclipse do termo “liberdade” no segmento “só a merece quem deve conquistá-la”;
- (D) ironia na comparação “como a vida”, igualando duas realidades muito diferentes: a liberdade e a vida;
- (E) anacoluto com o termo inicial “liberdade”, já que ele não mostra continuidade sintática na frase.

9

“Os regimes que reprimem a liberdade da palavra, por se incomodarem com a liberdade que ela difunde, fazem como as crianças que fecham os olhos para não serem vistas.”

Sobre esse pensamento, é correto afirmar que:

- (A) o segmento “que reprimem a liberdade da palavra” explica o termo anterior;
- (B) o termo “da palavra” marca o paciente de “liberdade”;
- (C) “por se incomodarem com a liberdade que ela difunde” indica a consequência da repressão da liberdade da palavra;
- (D) a comparação com as crianças marca uma atitude infantil dos regimes citados;
- (E) “que fecham os olhos para não serem vistas” mostra uma ação claramente irracional.

10

“Também leio livros, muitos livros: mas com eles aprendo menos do que com a vida. Apenas um livro me ensinou muito: o dicionário. Oh, o dicionário, adoro-o. Mas também adoro a estrada, um dicionário muito mais maravilhoso.”

Depreende-se desse pensamento que seu autor:

- (A) nada aprende com os livros, com exceção do dicionário;
- (B) deve tudo que conhece ao dicionário;
- (C) adquire conhecimentos com as viagens que realiza;
- (D) conhece o mundo por meio da experiência de vida;
- (E) constatou que os dicionários registram o melhor da vida.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DE DIREITO CONSTITUCIONAL

11

O prefeito do Município Alfa decidiu promover uma ampla reestruturação da Administração pública indireta. Para tanto, decidiu que fosse elaborado um estudo preliminar, de modo a delinear os contornos gerais de: (1) duas entidades com personalidade jurídica própria, para a execução dos serviços públicos de limpeza urbana e de administração de cemitérios públicos; e (2) de órgãos específicos, a serem criados no âmbito da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Ordem Pública, de modo a aumentar a especialização e, conseqüentemente, o nível de eficiência estatal.

É correto afirmar que:

- (A) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por especificação e em (2) de descentralização administrativa por serviços;
- (B) em (1) são mencionados exemplos de desconcentração administrativa por especificação e em (2) de desconcentração administrativa por serviços;
- (C) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por serviços e em (2) de desconcentração administrativa;
- (D) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de descentralização administrativa por eficiência;
- (E) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de estatização por padrão de eficiência.

12

Maria, servidora pública federal, foi aposentada por incapacidade permanente. Após algum tempo, junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Como Maria estava plenamente apta ao exercício das funções que sempre desempenhou, deve ocorrer o(a) seu/sua:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;
- (C) readaptação;
- (D) recondução;
- (E) reversão.

13

Joana, jovem e renomada escritora de livros infantis, faleceu. O mais velho dos seus herdeiros, com 18 anos de idade, preocupado com a situação dos livros, que geravam uma elevada renda para Joana, questionou um advogado a respeito da proteção constitucional oferecida a direitos dessa natureza.

O advogado respondeu, corretamente, que o direito de utilização, publicação ou reprodução das obras de Joana pertence:

- (A) de modo exclusivo e em caráter perpétuo, aos herdeiros;
- (B) de modo exclusivo e pelo tempo que a lei fixar, aos herdeiros;
- (C) ao poder público, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- (D) ao público em geral, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- (E) aos herdeiros, ao poder público e ao público em geral, assegurando-se aos primeiros o direito de participação nos lucros.

14

A Lei federal nº XX impôs a todos os cidadãos determinada obrigação de caráter cívico, a ser cumprida em certos períodos por aqueles que fossem sorteados. João, em razão de suas convicções políticas, decidiu que não iria cumprir a obrigação.

À luz da sistemática constitucional, João:

- (A) não poderá sofrer consequência desfavorável, por ter exercido plenamente a sua liberdade de consciência, que não pode ser afrontada pelo poder público, sob pena de violação à dignidade da pessoa humana;
- (B) preservará o direito de votar, mas ficará inelegível, consequência que será afastada caso cumpra a prestação alternativa fixada em lei;
- (C) deverá cumprir a prestação alternativa fixada em lei e, caso se recuse, terá a cidadania suspensa em suas acepções ativa e passiva;
- (D) terá os direitos políticos suspensos, os quais serão restabelecidos caso cumpra a prestação alternativa fixada em lei;
- (E) deverá cumprir a prestação alternativa fixada em lei e, caso se recuse, ficará inelegível.

15

Após grande mobilização dos servidores públicos do Estado Alfa, foi promulgada a Lei estadual nº XX. De acordo com esse diploma normativo, os servidores públicos, titulares de cargos de provimento efetivo, que ocupassem cargos em comissão por um período mínimo de oito anos consecutivos, fariam jus à incorporação do respectivo valor à remuneração do cargo efetivo.

Irresignado com o teor da Lei estadual nº XX, o governador do Estado solicitou que fosse analisada a sua compatibilidade com a ordem constitucional, concluindo-se, corretamente, que esse diploma normativo é:

- (A) inconstitucional, pois é vedada a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo;
- (B) inconstitucional, pois a não extensão do benefício da incorporação às vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança caracteriza distinção arbitrária;
- (C) inconstitucional, pois somente as vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança podem ser incorporadas à remuneração do cargo efetivo;
- (D) constitucional, desde que seja assegurada a incorporação proporcional da vantagem caso os oito anos consecutivos não sejam integralizados;
- (E) constitucional, pois a incorporação das vantagens recebidas pelo servidor público por longos períodos é um imperativo de segurança jurídica.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, REGIMENTO INTERNO E LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

16

João, servidor público federal ocupante de cargo efetivo, no exercício das funções, opôs resistência injustificada ao andamento de documento e processo.

De acordo com o regime jurídico disciplinar da Lei nº 8.112/1990, que lhe é aplicável, observadas as cautelas procedimentais legais, em tese, João, que até então nunca havia praticado qualquer infração funcional, está sujeito à sanção de:

- (A) advertência, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (B) suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (C) suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (D) demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (E) demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

17

Em matéria de composição do primeiro grau de jurisdição no Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 11.697/2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios:

- (A) a Magistratura de primeiro grau do Distrito Federal compõe-se apenas de juízes de direito;
- (B) o Tribunal de Justiça não poderá remanejar Varas dentre as Circunscrições Judiciárias;
- (C) a especialização de Varas ocorre após votação dos juízes de primeiro grau e mediante estudo técnico;
- (D) a especialização de Varas é ato privativo do presidente do Tribunal, sendo desnecessário estudo técnico;
- (E) o Tribunal de Justiça poderá utilizar, como critério para criação de novas Circunscrições Judiciárias, as Regiões Administrativas do Distrito Federal, mediante Resolução.

18

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, dar posse aos servidores do quadro do Tribunal de Justiça e àqueles investidos em cargo em comissão é atribuição administrativa do:

- (A) presidente do Tribunal;
- (B) governador do Estado;
- (C) primeiro vice-presidente do Tribunal;
- (D) corregedor do Tribunal;
- (E) secretário de Estado de Administração.

19

A Lei nº 11.697/2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelece que aos juízes de direito cabe, além de processar e julgar os feitos de sua competência:

- (A) inspecionar os serviços cartorários, informando, mensalmente, ao corregedor o resultado das inspeções;
- (B) nomear servidores para cargo em comissão e função de confiança na respectiva Secretaria;
- (C) conceder a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro, bem como extingui-la, na respectiva comarca;
- (D) aplicar aos servidores que lhes sejam subordinados penalidades disciplinares que não excedam a trinta dias de suspensão;
- (E) regular a atividade do depositário público, dispondo sobre as formas de controle dos bens em depósito, bem como as atividades dos contadores-partidores e distribuidores.

20

No âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, tramita ação que tem por objeto a declaração de ilegalidade de greve de servidores distritais não regidos pela legislação trabalhista.

Consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o processo e julgamento de ações como a mencionada compete:

- (A) ao Conselho Especial;
- (B) à Câmara de Uniformização;
- (C) ao presidente do Tribunal;
- (D) às Turmas Cíveis;
- (E) às Câmaras Cíveis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Um gerente de RH precisa definir o salário inicial para um cargo novo de nível superior em sua organização: o de analista em sustentabilidade ambiental. O gerente não tem ideia de um valor adequado. Assim, usou a média dos salários iniciais dos cargos de nível superior da organização e, a partir desse valor, estabeleceu um salário inicial 30% maior – considerando a urgência na contratação desses profissionais.

Em seu processo de tomada de decisão, o gerente incorreu no viés conhecido como:

- (A) ancoragem;
- (B) disponibilidade;
- (C) representatividade;
- (D) *framing*;
- (E) evidência confirmadora.

22

Em uma fábrica de calçados, um gerente precisa decidir o volume de produção para o mês de setembro. Para apoiar sua tomada de decisão, o gerente utilizou a ferramenta “matriz de resultados”. A tabela abaixo exhibe a matriz de resultados associados a três alternativas de produção, bem como as probabilidades das vendas estimadas.

VENDAS (UNIDADES)	PRODUÇÃO (UNIDADES)			PROBABILIDADE
	2.000	3.000	5.000	
2.000	R\$ 50.000,00	R\$ 80.000,00	-R\$30.000,00	20%
3.000	R\$ 20.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 60.000,00	25%
5.000	-R\$20.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 150.000,00	40%

Pelo critério de maior valor esperado, o gerente deve optar por produzir:

- (A) 2.000 unidades, com valor esperado de R\$ 12.500,00;
- (B) 3.000 unidades, com valor esperado de R\$ 25.000,00;
- (C) 3.000 unidades, com valor esperado de R\$ 73.000,00;
- (D) 5.000 unidades, com valor esperado de R\$ 69.000,00;
- (E) 5.000 unidades, com valor esperado de R\$ 84.000,00.

23

Uma equipe de seis pessoas está reunida para decidir sobre o encaminhamento mais apropriado para um projeto de melhoria dos serviços prestados pela organização em que trabalham. José, o menos experiente do grupo, tem dúvidas sobre a proposta apresentada por Maria e Pedro, os mais experientes, pois acredita que seria uma proposta “conservadora em relação às tendências atuais de mercado”. No entanto, José manteve silêncio sobre seu ponto de vista, pois percebeu que o grupo, incluindo o gerente, apoia a proposta de Maria e Pedro, e preferiu “não criar conflito na equipe, especialmente sobre um projeto tão importante”.

A situação ilustra um sintoma de um fenômeno comum à tomada de decisão em grupo, conhecido como:

- (A) viés da posição de *status*;
- (B) baixa coesividade;
- (C) viés de ajustamento;
- (D) pressão por regressão à média;
- (E) pensamento de grupo (*groupthink*).

24

Certa agência de um órgão público vem recebendo um número significativo de reclamações dos cidadãos atendidos em relação à qualidade dos serviços prestados. A gerente da agência quer identificar se há correlação entre o tempo de atendimento ao público e o tempo de experiência dos funcionários no cargo, com vistas a planejar possíveis ações para melhoria da qualidade.

Para identificar essa possível correlação, uma ferramenta de gestão da qualidade adequada seria:

- (A) gráfico de Pareto;
- (B) diagrama espinha de peixe;
- (C) gráfico de Gantt;
- (D) gráfico de dispersão;
- (E) carta de controle.

25

Um funcionário de um supermercado foi designado para coletar dados sobre a ocorrência de problemas no atendimento ao público. Para isso, ele recebeu do especialista em qualidade tabelas para registro das ocorrências de eventos relacionados ao tempo excessivo de espera na fila do caixa, falta de cortesia no atendimento e falta de produtos.

Em qualidade, esse tipo de tabela ou quadro é uma ferramenta básica, conhecida como:

- (A) histograma;
- (B) folha de verificação;
- (C) carta de controle;
- (D) diagrama de Ishikawa;
- (E) gráfico de acompanhamento.

26

Uma organização adota sistema de reposição contínua para seu estoque de determinado insumo. O consumo mensal do insumo é de 150 unidades em média e o estoque de segurança é de 40 unidades. As aquisições são realizadas por compra direta aos fornecedores, o custo de pedido é de R\$ 25,00 e o tempo de ressurgimento é de 15 dias corridos.

Na situação descrita, o ponto de pedido é (considere que um mês tem 30 dias):

- (A) 40 unidades;
- (B) 90 unidades;
- (C) 115 unidades;
- (D) 125 unidades;
- (E) 190 unidades.

27

A área de RH da organização XYZ realizou a avaliação do perfil de liderança de cinco gerentes utilizando-se da grade gerencial, como proposta por Blake e Mouton. As posições dos gerentes na grade foram: Ana - posição (1,9); Bruno - posição (9,9); Carla - posição (1,1); Daniel - posição (9,1); Edgar - posição (5,5).

Sobre esses perfis de liderança, de acordo com o modelo de Blake e Mouton, é correto afirmar que:

- (A) Edgar é um “líder meio-termo”, considerado o estilo de liderança menos eficaz pelo modelo;
- (B) Bruno e Daniel têm os estilos de liderança considerados mais eficazes pelo modelo;
- (C) Ana é uma “líder negligente”, orientada para as necessidades dos funcionários e para a promoção de um ambiente amigável;
- (D) Carla é uma “líder clube de campo”, orientada para a promoção de um ritmo de trabalho confortável e das relações de confiança;
- (E) Daniel é um “líder de tarefas”, orientado para o atingimento de objetivos e eficiência das operações.

28

A Teoria da Expectativa, teoria de motivação proposta por Victor Vroom, sustenta que as recompensas organizacionais devem estar vinculadas às metas individuais dos funcionários.

Trata-se de uma prática de gestão de pessoas diretamente alinhada ao que postula a Teoria da Expectativa:

- (A) benefícios flexíveis;
- (B) avaliação 360 graus;
- (C) programas de integração de funcionários;
- (D) remuneração das horas extras de trabalho;
- (E) programas de desenvolvimento organizacional (DO).

29

Uma equipe de trabalho de cinco pessoas tem sua rede de comunicação estruturada de acordo com a hierarquia, no tipo cadeia. A gerente reconhece que esse tipo de rede de comunicação tem certas limitações, como, por exemplo, um impacto moderado na satisfação dos membros da equipe.

No entanto, a rede de comunicação do tipo cadeia é mais eficaz do que os demais tipos de rede de comunicação quando o foco está na:

- (A) minimização da sobrecarga de informações;
- (B) precisão da comunicação;
- (C) minimização de conflitos na equipe;
- (D) qualidade do *feedback*;
- (E) velocidade da comunicação.

30

A cultura organizacional é um fenômeno complexo, que pode ser definido como “um sistema de valores compartilhado pelos membros que diferencia uma organização das demais” (Robbins, 2006, p. 375). A cultura influencia os comportamentos e a forma como os membros percebem a organização e respondem aos desafios enfrentados. Embora complexa, a cultura organizacional pode ser apreendida por algumas características básicas que permitem capturar sua essência.

Entre essas características, podem-se destacar:

- (A) inovação e assunção de riscos; atenção aos *gatekeepers*;
- (B) orientação para a qualidade; flexibilidade;
- (C) orientação para custos; estabilidade;
- (D) orientação para resultados; abertura para o mercado;
- (E) atenção aos detalhes; agressividade.

31

Um gerente de TI precisa selecionar um candidato para uma vaga na sua equipe. Devido à urgência para o preenchimento da vaga, pediu a quatro subordinados experientes que indicassem candidatos qualificados. Em uma semana, recebeu cinco currículos com nível de formação adequado e experiência compatível com o cargo. Como está interessado nos aspectos comportamentais dos candidatos, o gerente pediu ao RH que providencie um teste de personalidade com os candidatos junto a um especialista.

O recrutamento por indicação e os testes de personalidade, como instrumento de seleção, têm como desvantagens, respectivamente:

- (A) alto custo por admissão; técnica altamente subjetiva;
- (B) exige muitas etapas no processo; aponta apenas traços superficiais da personalidade;
- (C) pode dificultar a integração do candidato; exige conhecimento profundo das competências para o cargo;
- (D) pode inibir a diversidade da força de trabalho; custo alto;
- (E) aumenta a incerteza quanto ao potencial do candidato; gera conflitos entre os candidatos.

32

Uma organização quer aprimorar o controle e a avaliação do desempenho dos processos das suas diversas áreas, por meio da adoção de indicadores de desempenho.

São indicadores adequados para avaliar o desempenho operacional dos processos da área de recursos humanos:

- (A) absenteísmo total; número total da força de trabalho;
- (B) salário médio por empregado; proporção de terceirizados sobre o efetivo de empregados;
- (C) índice de empregados de alta performance; tempo médio de preenchimento de vagas;
- (D) lucro líquido por empregado; *turnover* por substituição;
- (E) passivo trabalhista total; índice de desligamentos.

33

Certa empresa pretende adotar o *balanced scorecard* como ferramenta de gestão. A alta direção entende que a empresa encontra-se em fase de colheita e o diretor de finanças foi incumbido de propor indicadores relativos à perspectiva financeira.

Na situação descrita, o diretor deveria propor, como indicadores adequados aos temas estratégicos “redução de custos/melhoria de produtividade” e “utilização dos ativos/estratégia de investimento”, respectivamente:

- (A) lucratividade por linhas de produto; receita por funcionário;
- (B) custos unitários por unidade de produção; retorno sobre patrimônio líquido;
- (C) lucratividade por cliente; taxa de utilização dos ativos;
- (D) taxa de redução de custos; investimento como percentual de vendas;
- (E) receita por funcionário; índice de capital de giro.

34

Os objetivos são elementos essenciais do processo de planejamento organizacional, pois é por meio de sua especificação adequada que os membros da organização “conseguem um senso de direção, antecipam estágios futuros desejados e mobilizam-se para alcançá-los” (Sobral e Peci, 2013, p. 202). Objetivos eficazes devem ser adequadamente definidos, atendendo a certos critérios.

Esses critérios preconizam que os objetivos sejam:

- (A) mensuráveis;
- (B) definidos de forma participativa;
- (C) definidos em valores financeiros;
- (D) inovadores;
- (E) abrangentes.

35

Para subsidiar seu processo de formulação e planejamento estratégico, uma empresa utilizou-se da matriz BCG para análise de seu portfólio de produtos. Os resultados foram: produto A – alta taxa de crescimento do mercado e alta participação no mercado; produto B – baixa taxa de crescimento do mercado e alta participação no mercado; produto C – baixa taxa de crescimento do mercado e baixa participação no mercado; produto D – alta taxa de crescimento do mercado e baixa participação no mercado.

Com base no modelo da matriz BCG, é correto afirmar que:

- (A) o produto A é um produto “vaca leiteira”, gerador de elevados fluxos financeiros que devem ser usados para equilibrar o fluxo de caixa dos demais produtos;
- (B) o produto B é um produto “ponto de interrogação”, que pode se tornar um produto “estrela” se aumentar a sua participação no mercado;
- (C) o produto C é um produto “cachorro”, que pode se tornar uma “vaca leiteira” se a taxa de crescimento de seu mercado aumentar significativamente;
- (D) o produto D é um produto “ponto de interrogação”, no qual a empresa deve investir para aumentar sua participação no mercado;
- (E) o produto A é um produto “estrela”, gerador de elevados fluxos financeiros que devem ser usados para financiar o crescimento de outros negócios.

36

A administração pública brasileira foi organizada pelo Decreto Lei nº 200/1967, em direta e indireta, gerando distinções entre os diferentes tipos de entidades visando ao melhor desempenho das atividades que lhes foram atribuídas.

Entretanto, mudanças na Constituição da República de 1988 a respeito das fundações públicas foram realizadas, naquele momento, com a finalidade de:

- (A) criar hierarquia de subordinação direta ao Poder Executivo e aos ministérios;
- (B) explorar atividade econômica em sociedade por ações com direito à voto da União ou entidade pública;
- (C) passar do direito privado ao público, com patrimônio preordenado a certo fim social, buscando maior controle;
- (D) prestar serviços de interesse privado, tendo gestão administrativa e financeira centralizadas;
- (E) realizar atividade econômica, sendo de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União.

37

A estrutura administrativa do Estado brasileiro possui peculiaridades constitucionalmente definidas considerando-se os poderes independentes, suas atribuições e funções.

A esse respeito, é uma atribuição do Ministério Público:

- (A) defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses no âmbito dos direitos sociais e coletivos, independentemente de provocação;
- (B) propor leis ao Congresso, entre elas o orçamento anual, editar, em casos de emergência, medidas provisórias que têm de imediato o valor de leis;
- (C) realizar atividade jurisdicional de resolução de conflitos mediante provocação das partes;
- (D) representar o país internacionalmente e manter relações e tratados com países estrangeiros;
- (E) ser o guardião da Constituição, julgando ações diretas de inconstitucionalidade ou ações contra membros dos demais Poderes da União.

38

Ao longo da última década, a administração pública brasileira realizou inúmeros esforços e iniciativas articulados para gerar valor às agências públicas e corporativas, por meio de uma tríade de iniciativas voltadas à governança, gestão de riscos e integridade.

Dentro dessa tríade, a gestão de riscos é fundamentalmente voltada a:

- (A) coordenar ações que assegurem a conformidade dos agentes aos princípios éticos, aos procedimentos administrativos e às normas legais aplicáveis à organização;
- (B) definir o conjunto de procedimentos para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar fatores negativos que possam afetar o alcance dos objetivos;
- (C) estabelecer os modos de interação que garantam o respeito dos agentes públicos aos interesses dos proprietários e das partes interessadas;
- (D) orientar as decisões, ações e controles para o alcance dos resultados, abarcando os processos de direção e controle;
- (E) promover ganho de responsividade e legitimidade da gestão perante os atores interessados, buscando elevar o valor econômico e social da organização.

39

Um sistema de governança reflete a maneira como os diversos atores se organizam, interagem e procedem. Esse sistema é composto por diferentes instâncias, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesse sistema, o Congresso Nacional pode ser entendido como vinculado à instância:

- (A) autônoma de administração tática;
- (B) externa de apoio à governança;
- (C) externa de governança;
- (D) interna de apoio à governança;
- (E) interna de governança.

40

As boas práticas de governança definidas pelo IFAC (*International Federation of Accountants*) estão estruturadas em quatro dimensões, dentre as quais destaca-se que “o órgão de governança das agências públicas deve estabelecer e publicar indicadores relevantes para aferir a eficiência, eficácia, efetividade e sustentabilidade das operações e resultados”.

Essa prática está associada à dimensão de:

- (A) código de conduta – objetividade, integridade e honestidade;
- (B) controle – comitê de auditoria;
- (C) estruturas e processos – responsabilidade estatutária;
- (D) relatório externo – aferição de desempenho;
- (E) relatório interno – gestão de riscos.

41

Antônia, estudiosa da improbidade administrativa, recebeu a incumbência, em um grupo de estudos, de realizar a análise da estrutura tipológica adotada pela Lei nº 8.429/1992 e do elemento subjetivo exigido para o enquadramento de uma conduta em seus termos.

Ao final, Antônia concluiu, corretamente, que a referida estrutura é:

- (A) aberta, sendo as condutas ilícitas mencionadas de maneira exemplificativa, enquanto o elemento subjetivo está lastreado apenas no dolo;
- (B) fechada, sendo as condutas ilícitas mencionadas de maneira taxativa, isto apesar do emprego de conceitos jurídicos indeterminados, enquanto o elemento subjetivo está lastreado apenas no dolo;
- (C) aberta, sendo as condutas ilícitas mencionadas de maneira exemplificativa, enquanto o elemento subjetivo está lastreado no dolo ou na culpa, sendo esta última aplicável exclusivamente aos atos que causam prejuízo ao erário;
- (D) aberta, em relação aos atos que gerem enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário, mas taxativa quanto aos atos que atentem contra os princípios administrativos, sendo o elemento subjetivo o dolo, exigindo-se ainda um especial fim de agir;
- (E) aberta, quanto aos atos que atentem contra os princípios administrativos, mas taxativa em relação aos atos que gerem enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário, sendo o elemento subjetivo o dolo, exigindo-se ainda um especial fim de agir.

42

Maria, ministra de Estado, tomou conhecimento de que Joana, que estava à frente de uma estrutura criada a partir dos conceitos da descentralização administrativa, vinculada ao seu Ministério, sendo responsável pela prestação de serviços públicos, praticara um ato que fora muito criticado. Esse ato, ao ver de Maria, se mostrava totalmente inconveniente e inoportuno à luz do interesse público.

À luz da narrativa, é correto afirmar que Maria:

- (A) pode anular o ato de Joana, no exercício do poder de tutela;
- (B) pode revogar o ato de Joana, no exercício do poder de autotutela;
- (C) no exercício do poder de supervisão, pode anular ou revogar o ato de Joana, conforme o caso;
- (D) deve observar, em princípio, a autonomia do ente dirigido por Joana, exercendo a tutela no limite estabelecido em lei;
- (E) deve observar a autonomia do ente dirigido por Joana, mas pode exercer o controle interno, conforme autorizado em lei.

43

Joana e Henriqueta travaram intenso debate a respeito dos atributos dos atos administrativos, mais especificamente em relação à possibilidade de a Administração Pública fazer com que produzam efeitos na esfera jurídica alheia, constituindo obrigações mesmo contra a vontade dos seus destinatários.

Ao final, concluíram, corretamente, que os referidos atos:

- (A) sempre apresentam esse efeito, o que decorre da presunção de juridicidade;
- (B) podem apresentar esse efeito, o que decorre do atributo da imperatividade;
- (C) podem apresentar esse efeito, o que decorre do atributo da autoexecutoriedade;
- (D) sempre apresentam esse efeito, o que decorre do que alguns denominam poder extroverso;
- (E) jamais apresentam esse efeito, que se mostra incompatível com o Estado Democrático de Direito.

44

A sociedade empresária XX celebrou contrato administrativo com o Estado Beta, tendo sido expressamente comunicada da existência de cláusulas exorbitantes. O dirigente dessa sociedade solicitou que o seu departamento jurídico o esclarecesse no que consistiriam essas cláusulas. Após alentada explicação a respeito da natureza dessas cláusulas, o dirigente concluiu que elas seriam exemplificadas no fato de o contrato: (1) ser de adesão; (2) ser celebrado *intuitu personae*; (3) ser suscetível de alteração unilateral; e (4) admitir a aplicação de penalidades.

O departamento jurídico, ao analisar os exemplos apresentados, concluiu, acertadamente, que estão corretos:

- (A) somente o exemplo 1;
- (B) somente o exemplo 4;
- (C) somente os exemplos 2 e 3;
- (D) somente os exemplos 3 e 4;
- (E) os exemplos 1, 2, 3 e 4.

45

A sociedade empresária YY celebrou contrato administrativo para o fornecimento de determinados bens móveis para a Secretaria de Educação do Município Alfa. Como os móveis eram transportados desmontados, era necessária a sua montagem, o que se estendeu por três meses. Dias antes da conclusão da montagem, foi divulgado, na imprensa, que a referida sociedade empresária estava em débito com as suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que vinha gerando grande insatisfação junto aos empregados.

À luz dessa narrativa e levando-se em conta a sistemática inaugurada pela Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o Município Alfa:

- (A) não é responsável pelos encargos trabalhistas e previdenciários resultantes da execução do contrato, os quais configuram obrigação do contratado;
- (B) responde solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, se comprovada a falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado;
- (C) responde solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, ainda que não comprovada a falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado;
- (D) não é responsável pelos encargos trabalhistas e previdenciários resultantes da execução do contrato, desde que tenha previsto no edital ou no contrato a outorga de garantias para o cumprimento dessas obrigações;
- (E) responde solidariamente pelos encargos trabalhistas e subsidiariamente pelos encargos previdenciários, se comprovada a falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado ou a não exigência de garantias.

46

Pouco tempo após celebrar contrato administrativo com o Município Beta, a sociedade empresária ZZ foi surpreendida com uma ordem escrita da Administração suspendendo o referido contrato.

Após consultarem um advogado, foi corretamente informado aos dirigentes da sociedade empresária ZZ que, consoante a Lei nº 14.133/2021, a Administração:

- (A) agira de modo ilícito ao suspender unilateralmente o contrato administrativo;
- (B) tem a faculdade de suspender unilateralmente o contrato administrativo, pelo prazo que entender conveniente, não podendo ser oposto qualquer óbice por ZZ;
- (C) tem a faculdade de suspender unilateralmente o contrato administrativo, mas ZZ tem direito à sua extinção se a suspensão se estender por prazo superior a três meses;
- (D) tem a faculdade de suspender unilateralmente o contrato administrativo, mas ZZ tem direito à sua revisão se a suspensão se estender por prazo superior a quatro meses;
- (E) tem a faculdade de suspender unilateralmente o contrato administrativo, com suspensão de pagamentos, por até trinta dias, reiniciando-se os pagamentos após esse período.

47

Armando, tinha interesse em compreender as teorias que dispõem sobre a responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública. Após ampla pesquisa, identificou a teoria adotada no direito brasileiro para justificar a responsabilização objetiva da Administração Pública por atos praticados por seus servidores, constatando, ainda, que essa responsabilização pode ser afastada se houver culpa exclusiva da vítima.

Trata-se da teoria:

- (A) dos atos de império, sendo a responsabilização afastada, na hipótese indicada, porque o dano decorreu de ato de outrem, não de ato de império;
- (B) da culpa administrativa, sendo a responsabilização afastada, na hipótese indicada, porque o dano não pode ser atribuído ao mau funcionamento do serviço;
- (C) do risco integral, sendo a responsabilização afastada, na hipótese indicada, em razão da presença do elemento subjetivo culposo no agir da vítima;
- (D) do risco administrativo, sendo a responsabilização afastada, na hipótese indicada, em razão da ausência do nexo de causalidade entre o atuar estatal e o dano causado;
- (E) da culpa do serviço público, sendo a responsabilização afastada, na hipótese indicada, porque o mau funcionamento do serviço, ainda que tenha ocorrido, não foi preponderante.

48

O prefeito do Município Alfa solicitou que sua assessoria iniciasse o planejamento das licitações a serem realizadas no período de janeiro a dezembro do exercício financeiro de 2023, o que iria subsidiar a proposta orçamentária a ser apresentada ao Poder Legislativo. Ressaltou, ainda, que entendia ser conveniente, sempre que possível, a utilização de uma modalidade de licitação em que lhe fosse permitido convidar os interessados do ramo pertinente ao objeto licitado, para que apresentem as suas propostas.

Ao tomar conhecimento do objetivo do prefeito, sua assessoria lhe respondeu, corretamente, que a referida modalidade de licitação:

- (A) não poderá ser utilizada a partir do momento em que for cogente a utilização da Lei nº 14.133/2021, mas as licitações iniciadas em momento anterior continuarão a observar a Lei nº 8.666/1993;
- (B) não poderá ser utilizada a partir do momento em que for cogente a utilização da Lei nº 14.133/2021, sendo que as licitações não concluídas, iniciadas em momento anterior, sob a égide da Lei nº 8.666/1993, serão refeitas;
- (C) poderá ser utilizada, desde que, a partir do momento em que for cogente a utilização da Lei nº 14.133/2021, sejam observadas as normas que veiculou a respeito dessa modalidade, incluindo as licitações iniciadas em momento anterior;
- (D) poderá ser utilizada, desde que, a partir do momento em que for cogente a utilização da Lei nº 14.133/2021, sejam observadas as normas que veiculou, passando a ser convidados, no mínimo, quatro interessados, excluídas as licitações iniciadas em momento anterior;
- (E) poderá ser utilizada, desde que, a partir do momento em que for cogente a utilização da Lei nº 14.133/2021, sejam observadas as normas que veiculou, exigindo-se a apresentação de, no mínimo, quatro propostas, excluídas as licitações iniciadas em momento anterior.

49

Débora, prefeita do Município Beta e grande entusiasta das inovações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021 no sistema de licitações, questionou sua assessoria a respeito da possibilidade de ser realizado um diálogo entre licitantes previamente selecionados, com o objetivo de desenvolver uma ou mais alternativas que possam atender às necessidades da Administração.

Após atenta análise, a assessoria concluiu, corretamente, que, preenchidos os demais requisitos exigidos:

- (A) nenhuma modalidade de licitação se ajusta a esse padrão, já que o pretendido diálogo daria azo a subjetivismos e a tratamentos diferenciados, comprometendo a isonomia;
- (B) é possível a adoção dessa modalidade, para a contratação de obras, serviços e compras, sendo os licitantes selecionados conforme critérios objetivos, os quais apresentarão proposta final após o encerramento dos diálogos;
- (C) é possível a adoção dessa modalidade apenas para a realização de contratações integradas, sendo os licitantes selecionados conforme critérios objetivos, os quais apresentarão proposta final após o encerramento dos diálogos;
- (D) é possível a adoção dessa modalidade apenas para a contratação de obras, serviços e compras de caráter não comum, sendo o diálogo aberto a qualquer interessado, cabendo à Administração apresentar o projeto final após o encerramento dos diálogos;
- (E) é possível a adoção dessa modalidade apenas para contratações que exijam inovação de procedimentos, sendo os licitantes selecionados conforme critérios objetivos, cabendo à Administração apresentar o projeto final após o encerramento dos diálogos.

50

No orçamento de um dado exercício financeiro, um Tribunal de Justiça tinha como limite máximo de despesa com pessoal o montante de R\$ 980 milhões.

O referido órgão deverá receber um alerta do Tribunal de Contas após a apuração do quadrimestre em que a despesa total com pessoal ultrapassar:

- (A) R\$ 490 milhões;
- (B) R\$ 588 milhões;
- (C) R\$ 882 milhões;
- (D) R\$ 931 milhões;
- (E) R\$ 980 milhões.

51

Os Tribunais de Justiça devem elaborar e publicar a cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), com informações definidas na Lei Complementar nº 101/2000.

A publicação do RGF de um Tribunal de Justiça relativo ao último quadrimestre do exercício financeiro deve apresentar informações sobre:

- (A) despesas com pessoal e execução de despesas por função;
- (B) despesas com pessoal e dívida consolidada;
- (C) disponibilidade de caixa e execução de despesas por função;
- (D) disponibilidade de caixa e restos a pagar;
- (E) receitas com alienação de ativos e restos a pagar.

52

O projeto de Lei Orçamentária Anual apresenta as receitas classificadas segundo a sua natureza (categorias econômicas, origens e espécies) e as despesas segundo suas classificações institucional, funcional, programática e por natureza.

Tais classificações, além de serem legalmente exigidas, estão associadas ao princípio orçamentário da:

- (A) clareza;
- (B) consistência;
- (C) especificação;
- (D) exclusividade;
- (E) programação.

53

Para um controle adequado do volume dos recursos públicos, é necessário distinguir os recursos que efetivamente pertencem ao Estado e são destinados ao financiamento das políticas públicas daqueles que representam entradas compensatórias.

Um recurso de caráter temporário e do qual o Estado é agente depositário é exemplificado por:

- (A) subvenções econômicas;
- (B) transferências voluntárias;
- (C) compensações financeiras;
- (D) tarifas de uso de serviços públicos;
- (E) antecipações da receita orçamentária.

54

O elemento de despesa orçamentária é uma categoria classificatória que tem por finalidade identificar os objetos de gasto.

Ao analisar um relatório analítico de despesas com o nível de detalhamento por elemento de despesa, um servidor deve considerar que:

- (A) cada elemento de despesa deve ser associado a uma modalidade de aplicação;
- (B) despesas inscritas em restos a pagar serão executadas como elemento próprio de despesas de exercícios anteriores;
- (C) é facultado a cada ente o desdobramento dos elementos de despesa, conforme necessidade;
- (D) elementos típicos de despesa corrente não podem ser associados a um grupo de despesa de capital;
- (E) juros e encargos da dívida representam um elemento considerado na apuração do resultado primário.

55

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta orientações específicas para o tratamento de receita orçamentária por baixa de dívida ativa inscrita.

Uma regra que contribui para o controle da execução desses recursos é que:

- (A) a execução de valores inscritos em dívida ativa deve ser registrada exclusivamente em contas de controle;
- (B) a execução da dívida ativa, na perspectiva patrimonial, gera um lançamento credor em uma conta de passivo;
- (C) o recebimento de dívida ativa deve ser registrado em contas contábeis conforme a natureza do crédito original;
- (D) o recebimento de dívida ativa corresponde a uma receita, exclusivamente sob a ótica patrimonial;
- (E) o recebimento de dívida ativa na forma de bens não tem impacto na execução orçamentária.

56

A abertura de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) no orçamento tem regras específicas, conforme o tipo de despesa para a qual se deseja autorização.

No caso de necessidade de abertura de um crédito especial, uma regra a ser observada é que:

- (A) não pode ser aberto nos últimos quatro meses do exercício;
- (B) deve ser destinado a despesas sem dotação orçamentária específica;
- (C) não há possibilidade de prorrogação da sua vigência para o exercício seguinte ao da abertura;
- (D) deve ser custeado com recursos oriundos de anulação de dotações;
- (E) necessita de autorização prévia na lei orçamentária anual para a sua abertura.

57

É comum que modos diferentes de executar tarefas similares ou idênticas surjam ao longo do tempo em várias partes de uma organização.

Um dos objetivos mais importantes de projeto de processos, especialmente em grandes organizações, é maximizar o grau de:

- (A) autonomia para equipes exercitarem seu julgamento;
- (B) liberdade para indivíduos julgarem;
- (C) padronização dos projetos de processo;
- (D) surpresas que podem surgir;
- (E) variabilidade nas atividades.

58

O mapeamento de processo envolve descrever os processos em termos de como as atividades relacionam-se entre si. Há muitas técnicas que podem ser usadas para mapeamento do processo, todas identificando os diferentes tipos de atividades que ocorrem durante o processo e mostrando o fluxo de materiais, pessoas ou informações que o percorrem. Os símbolos do mapeamento do processo são usados para classificar os diferentes tipos de atividade.

O símbolo de um quadrado e o símbolo de um círculo comumente representam, respectivamente:

- (A) atraso e transporte;
- (B) estoque e inspeção;
- (C) inspeção e operação;
- (D) operação e atraso;
- (E) transporte e estoque.

59

Considere que:

Tempo de atravessamento é o tempo transcorrido entre a entrada de um item no processo e sua saída; Tempo de ciclo é o tempo médio entre itens em processamento; e Trabalho em processo é o número de itens no processo em qualquer ponto do tempo.

Suponha que, em um bar que vende sanduíches sob encomenda, o tempo de montagem e venda de um sanduíche (o conteúdo do trabalho) seja de dois minutos e que duas pessoas trabalhem no processo. Cada pessoa atenderá a um cliente a cada dois minutos: assim, dois clientes são atendidos a cada dois minutos e, em média, um cliente deixa o processo a cada minuto (tempo de ciclo do processo). Quando os clientes entram na fila do processo, tornam-se trabalho em processo.

Se a fila for de dez pessoas, quando um cliente entra na fila, terá que esperar para deixar o processo:

- (A) dez minutos;
- (B) quinze minutos;
- (C) vinte minutos;
- (D) vinte e cinco minutos;
- (E) trinta minutos.

60

A gestão de projetos costuma apresentar cinco estágios. Os três primeiros estágios relacionam-se de forma geral às atividades que os gerentes de projeto executam antecipadamente no projeto. O estágio 4 é determinado pelas técnicas específicas do projeto em particular, e o estágio 5 focaliza o controle contínuo dos projetos, uma vez em andamento.

Sendo assim, os três primeiros estágios, do estágio 1 ao estágio 3, são respectivamente:

- (A) 1. compreensão do ambiente do projeto; 2. definição do projeto; 3. planejamento do projeto;
- (B) 1. compreensão do ambiente do projeto; 2. planejamento do projeto; 3. definição do projeto;
- (C) 1. planejamento do projeto; 2. compreensão do ambiente do projeto; 3. definição do projeto;
- (D) 1. planejamento do projeto; 2. definição do projeto; 3. compreensão do ambiente do projeto;
- (E) 1. definição do projeto; 2. compreensão do ambiente do projeto; 3. planejamento do projeto.

DISCURSIVAS

1

Um gerente de certa organização recebeu os resultados de uma pesquisa sobre percepções e expectativas no trabalho realizada com a sua equipe. A pesquisa foi feita pela área de recursos humanos, devido aos sinais de forte desmotivação e falta de empenho da equipe na realização do trabalho. Os resultados da pesquisa indicaram que os funcionários:

- i) acreditam que, embora se esforcem, as metas não serão alcançadas;
- ii) percebem que há diferenças significativas na sua remuneração em relação à de funcionários de outras áreas, embora desempenhem tarefas semelhantes e tenham formação equivalente;
- iii) consideram que não têm autonomia para realizar o trabalho;
- iv) consideram que seu trabalho é pouco relevante para a empresa.

A partir do exposto, discorra sobre os itens a seguir.

- a) comente sucintamente o item i dos resultados da pesquisa, com base na Teoria da Expectativa (de Victor Vroom);
- b) comente sucintamente o item ii dos resultados da pesquisa, com base na Teoria da Equidade/Justiça Organizacional;
- c) com base no Modelo de Características de Trabalho (MCT), aponte duas iniciativas adequadas para estimular a motivação dos membros da equipe, indicando a qual item dos resultados da pesquisa a iniciativa se aplica (item iii ou item iv).

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Entre os objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) está a proposição de regras para execução orçamentária e para o cumprimento das metas definidas nos instrumentos de planejamento elaborados pelos entes públicos. Para isso, a LRF definiu instrumentos e parâmetros relacionados a receitas e despesas com potencial para contribuir para uma gestão fiscal responsável.

Considerando esse contexto, elabore um texto que aborde os seguintes pontos, que contribuem para uma gestão fiscal responsável:

- a) um instrumento definido pela LRF para auxiliar no acompanhamento da execução orçamentária e financeira;
- b) uma orientação definida na LRF relativa ao controle das receitas públicas;
- c) dois parâmetros definidos pela LRF relacionados ao controle de despesas;
- d) uma regra definida pela LRF para garantir o cumprimento das metas fiscais.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO

Realização

